



## AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA, por meio de sua Pregoeira e respectiva equipe de apoio, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ÍTEM**, com o objetivo de adotar “**Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de Expectativa de fornecimento de produtos químicos**”. A presente licitação será processada em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, Decreto Federal 7892/13, Decreto Federal 9488/18, Decreto Estadual nº 24.649/03, Decretos Municipais nºs 3893/2004, 3906/2005 e 4002/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, Lei complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 147/14 e demais exigências deste edital, bem como todas as demais legislações aplicáveis.

Telefone para contatos e esclarecimentos: (31) 3891-5636 – (31) 98643-8305.

Os envelopes Proposta de Preço e da Documentação de Habilitação serão recebidos pela Pregoeira, em sessão pública, na sede do CISAB - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS, sito à Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 701 – Centro em Viçosa-MG.

O Edital prevê o procedimento a ser observado pelo licitante em caso de dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação de seus termos. **O protocolamento da proposta presume pleno conhecimento e entendimento de todas as condições por parte do licitante e, nos termos da Lei, implica sua aceitação automática, integral e irrevogável, motivo pelo qual, após este ato, o CISAB não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.**

- a) Data para recebimento da documentação de credenciamento, do envelope com a Proposta e do envelope com a documentação de habilitação: 22/01/2019
- b) Horário para o recebimento da documentação de credenciamento, do envelope com a proposta e do envelope com a documentação de habilitação: até às 09 horas da manhã (horário de Brasília).
- c) OBS: haverá uma tolerância de até 10 (dez) minutos após o horário especificado na letra “b” para o recebimento da documentação de credenciamento, dos envelopes de Proposta e Documentação.

O EDITAL na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no CISAB, Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 701 – Centro em Viçosa-MG, ou pelo site [www.cisab.com.br/compartilhadas](http://www.cisab.com.br/compartilhadas). Para outros esclarecimentos disponibilizamos os telefones (31) 3891-5636 ou (31) 98643-8305 ou e-mail [compras@cisab.com.br](mailto:compras@cisab.com.br).

Viçosa, 10 de janeiro de 2019.



**Ângelo Chequer**  
Presidente

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL: 001/2019**  
**REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de Preços para aquisição compartilhada de produtos químicos para tratamento de água, que tem as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Empresa: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Pessoa para contato: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Cidade/UF: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

Retiramos, através do acesso à página [www.cisab.com.br/compartilhadas](http://www.cisab.com.br/compartilhadas), o instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor licitante, visando à comunicação futura entre esta Comissão de Licitação e essa empresa, solicitamos preencher o recibo de entrega do Edital e remetê-lo a esta Comissão através do e-mail [compras@cisab.com.br](mailto:compras@cisab.com.br). A não remessa do recibo exime a Comissão de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA**, torna público, na presença e ciência da pregoeira designada pela Resolução nº 004/2018 de 01 de fevereiro de 2018, que às 09 horas do dia **22/01/2019**, na sala de reuniões do CISAB, localizado à Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 701 – Centro em Viçosa-MG, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, cujo objeto trata-se de selecionar propostas para **“Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de Expectativa de fornecimento de produtos químicos”**, enunciados no Anexo I, Planilha de Especificações, que é parte integrante deste Edital.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

A presente licitação será processada em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, Decreto Federal 7892/13, Decreto Federal 9488/18, Decreto Estadual nº 24.649/03, Decretos Municipais nºs 3893/2004, 3906/2005 e 4002/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, Lei complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 147/14 e demais exigências deste edital, bem como todas as demais legislações aplicáveis.

Conforme levantamento de fornecedores da região, bem como verificação dos últimos procedimentos licitatórios realizados neste órgão, não encontrou-se no mercado local ou regionalmente, nos termos da Resolução 009/2017, o mínimo de 03 (três) fornecedores que se enquadrem como ME ou EPP e que forneçam os produtos aqui almejados, tendo como base as diversas tentativas de levantamento de preços realizadas, que são parte integrante desse processo licitatório. Dessa forma, de acordo com o inciso II do art. 49 da Lei Complementar 123/06, o presente procedimento poderá dispensar a exclusividade e separação de cotas dos itens desse processo para ME e EPP, pois, se assim não procedermos, o processo licitatório poderá ser deserto ou demasiadamente oneroso, o que acarretará prejuízos a este órgão e a seus consorciados.

Para os fins previstos neste instrumento convocatório, informa-se o horário de atendimento para esclarecimentos e informações: das 8 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas, em dias úteis.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório limita-se ao registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de fornecimento de produtos químicos para tratamento de água, consoante **especificações e condições estabelecidas no Anexo I**, que integra o presente Edital.

### 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:



- a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e municípios e nas respectivas entidades da Administração Indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com os Municípios integrantes do CISAB ZONA DA MATA;
- c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores pertencentes à Administração Pública dos municípios consorciados e/ou ao CISAB ZONA DA MATA.

### 3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até **dois dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido junto ao CISAB ZONA DA MATA, sito à Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 701 – Centro em Viçosa-MG, no horário de 08 às 11:00 h e das 13:00 às 17 h, cabendo à Pregoeira decidir sobre o requerimento no prazo de 24 horas.

3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

3.4. Os licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital serão atendidos durante o expediente do CISAB até o segundo dia útil anterior à data fixada para a abertura deste Pregão.

### 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento poderão ocorrer três situações distintas:

4.1.1. **Carta de Credenciamento (modelo anexo II)**: O representante legal da empresa deverá ser credenciado pelo proprietário e/ou sócio, especificando poderes para formulação de ofertas e lances verbais e deverá se apresentar, perante a Pregoeira, para proceder ao respectivo credenciamento, munido de documento oficial de identificação que contenha foto e juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual constem os dados do proprietário e/ou sócio que o credenciou, (tudo com cópias e originais para conferência ou cópias autenticadas) ou,

4.1.2. **Próprio proprietário e/ou sócio da empresa**: Caso o participante da licitação seja o próprio proprietário e/ou sócio da empresa, *não é necessário Carta de Credenciamento*, porém será solicitado documento oficial de identificação que contenha foto e juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (tudo com cópias e originais para conferência ou cópias autenticadas) ou,

4.1.3. **Procurador**: Em caso de procurador, será solicitada a PROCURAÇÃO, por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, na qual constem poderes específicos para formular



lances, negociarem preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, munido de documento oficial de identificação que contenha foto e juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual constem os dados do proprietário e/ou sócio que lhe deu poderes para este fim, (tudo com cópias e originais para conferência ou cópias autenticadas).

4.2. Qualquer das hipóteses informadas nos subitens 4.1.1; 4.1.2 e 4.1.3, serão aceitas pela Pregoeira, sendo que, estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do Pregão separados dos envelopes de proposta e documentação.

4.3. A não apresentação, ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá o licitante de formular lances.

4.4. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

4.5. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.7. Se o licitante se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, para usufruir dessa condição, nos termos da LC 123/2006, deverá, **no ato do credenciamento, fora do envelope**, apresentar declaração (**modelo anexo VI**) de que se enquadra nesta condição, em conformidade ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, de que a empresa cumpre plenamente os requisitos previstos no referido artigo, quais sejam:

- a) Se enquadre na situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- b) O valor da receita bruta anual de seu último exercício não tenha excedido ao limite legal fixado para a categoria a qual se enquadra;
- c) Não se enquadre em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO (MODELO ANEXO IV) E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO**

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, a Pregoeira, que dirigirá os trabalhos, após abertura da reunião, receberá os documentos abaixo relacionados, sendo registrados em ata os nomes dos licitantes:

**5.1.1. Declaração (modelo Anexo III), separadamente de qualquer dos envelopes, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório e que está de acordo com todos os termos do presente Edital e seus anexos.**

5.1.2. Envelopes, devidamente fechados, contendo a Proposta de Preço (envelope nº 1) e Habilitação (envelope nº 2).

**5.1.3. A não entrega da declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não recebimento, por parte da Pregoeira, dos envelopes contendo a Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame licitatório.**



5.2. Aberta a sessão não mais serão admitidos novos licitantes.

5.2.1. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, lacrados, indevassáveis e rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos “Proposta de Preço” e “Documentação”, na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

**a) Envelope contendo Proposta de Preços:**

- Ser numerado com o nº 01;
- Constar o nome do destinatário: **À PREGOEIRA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA-CISAB**
- Constar o objeto “**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**”.
- Constar o nome ou razão social do licitante: \_\_\_\_\_
- Constar a modalidade de licitação e número: **PREGÃO Nº. 001/2019**

**b) Envelope contendo Documentos de Habilitação:**

- Ser numerado com o nº 02;
- Constar o nome do destinatário: **À PREGOEIRA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA-CISAB**
- Constar o objeto “**AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**”.
- Constar o nome ou razão social do licitante: \_\_\_\_\_
- Constar a modalidade de licitação e número: **PREGÃO Nº. 001/2019**

5.3. Será admitida a remessa postal dos envelopes com Proposta de Preços e Habilitação, sendo que neste caso não poderão formular lances. **A empresa que enviar os envelopes via remessa postal deverá mandar, dentro do envelope com a Proposta de Preços, uma cópia simples do contrato social ou estatuto da empresa contendo quadro societário, número e data do registro na junta comercial (ou similar) e objeto social da empresa para fins de cadastro no sistema de compras.**

5.4. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial; no caso de cópias simples, devem estar acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pela Pregoeira ou sua equipe de apoio.

5.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fita, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preços.

5.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

5.7. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.8. O número do Cadastro Nacional – CNPJ – indicado nos documentos da Proposta de Preço e da



Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente fornecer o objeto da presente licitação.

5.9. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

## **6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “1”**

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas impressas, conforme Anexo VIII, e em meio digital (pen drive ou CD) em envelope lacrado, identificado como Envelope “1”, sob pena de desclassificação da proposta. O modelo de planilha para o meio digital deverá ser solicitado com antecedência de até dois dias úteis antes da data da licitação através do e-mail [compras@cisab.com.br](mailto:compras@cisab.com.br).

6.1.1. Os valores constantes na proposta impressa deverão ser os mesmos da proposta digital. A conferência será feita aleatoriamente e em caso de divergências o menor valor será considerado como válido.

6.2. A proposta impressa e digital dos itens deverá ser apresentada conforme anexo VIII, em uma via, com a indicação do preço unitário e total, devendo estar inclusas todas as despesas, como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação, bem como frete, seguro, taxas, impostos e quaisquer encargos incidentes e estar devidamente datadas, rubricadas as suas folhas e assinada por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

6.3. Os preços que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, deverão estar em acordo com o estabelecido no subitem 6.2. O CISAB não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.

6.4. Na proposta deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

Designação do número desta licitação;

Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura. Na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado nesta alínea.

Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

Não serão consideradas Propostas com oferta de vantagem não prevista neste Edital.

A apresentação da Proposta por parte do licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta Licitação e total sujeição à legislação pertinente. 6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “1”.

6.5. Ficam vedadas:

- a) A subcontratação total ou parcial do objeto pela contratada a outra empresa;
- b) A cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

6.6. Juntamente com a proposta, deverão ser apresentados para cada item:

- a) Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde;
- b) Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento, aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde;
- c) Ficha de informações de segurança do produto químico – FISPQ.

## **7. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “2”**

7.1. Os licitantes deverão apresentar no envelope “2” – Documentos de Habilitação”, documentos que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item:

### **7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual ou;
- b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores ou;
- c) Comprovante de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Fica dispensada a apresentação de documentos para habilitação jurídica que já tiverem sido entregues no ato do credenciamento.

### **7.1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante com data de expedição de no máximo 90 dias.

### **7.1.3. REGULARIDADE FISCAL**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

### **7.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**





Para comprovação da aptidão para industrialização e/ou comercialização de produtos químicos, o licitante deverá apresentar:

- a) Registro válido da empresa junto ao Conselho Regional de Química;
- b) Registro válido do Responsável Técnico da empresa junto ao Conselho Regional de Química;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica válida junto ao Conselho Regional de Química;
- d) Licença ambiental expedida por órgão competente conforme diretrizes da Lei 6938/81 e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA 001/86 e 237/97 ou documento que comprove a dispensa de sua apresentação quando a licença não for exigida.

#### 7.1.5. DECLARAÇÕES

- a) Declaração de Idoneidade (**modelo Anexo IV**).
- b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (**modelo Anexo V**).

7.2. Os licitantes legalmente qualificados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123/2006, deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

7.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado aos mesmos o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

7.3. Na abertura do envelope “Documentação” caso seja detectada ausência ou validade expirada de qualquer dos documentos exigidos na fase de habilitação, o licitante estará inabilitado.

7.4. Os documentos poderão ser apresentados em original para conferência com cópias simples, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgãos de imprensa oficial.

## 8. DA SESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, **COMPROVANDO possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lances)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. A pregoeira procederá com a abertura dos envelopes “1” contendo as propostas comerciais, que



deverão ser rubricadas por ela e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, classificando as propostas dos licitantes de **Menor Preço Por Item**, considerando aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço para o objeto licitado.

8.3. O autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que os representantes dos licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

8.5. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.

8.6. Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do menor preço por item. A fase de lances só ocorre quando há, no mínimo, dois licitantes a ofertar novos valores.

8.7. Nos valores apresentados serão consideradas somente as duas casas decimais após a vírgula e sem arredondamento.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Mesmo que não se realizem lances verbais, sempre será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**8.10. Finda a fase de lances verbais, caso haja microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao licitante de menor lance, e desde que esse também não se enquadre como microempresa, lhe será dada oportunidade de no prazo máximo de 10 (dez) minutos, ofertar nova proposta inferior aquela, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.**

8.10.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte **mais bem classificada** poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.10.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.10.1., serão convocadas as remanescentes **que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.10**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.10.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.10., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11. Havendo empate entre empresas que não se enquadrem na Lei Complementar 123/2006, será



obedecido o critério previsto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, após o que, persistindo o empate, se fará sorteio público previsto no parágrafo 2º do artigo 45 da mesma Lei, independente da presença dos participantes ou seus prepostos, após convocados.

8.12. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.13. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.

8.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.15. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, a pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor. Em caso de inabilitação, em nenhuma hipótese será permitido o retorno à fase de lances.

8.16. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições.
- b) Apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.
- c) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.17. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

8.18. Não serão motivos de desclassificação, simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta, que não causem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais licitantes.

## 9. DA ATA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologada a presente licitação, o CISAB – ZONA DA MATA, lavrará documento denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme anexo VII, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, destinado a subsidiar o Quadro Geral de Preços, o qual terá validade de **12 (doze) meses**, a contar de sua lavratura.

9.2. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 2 (duas) vias devendo uma, ser juntada ao processo que lhe deu origem e a outra levada ao Quadro Geral de Preços.

9.3. Em cumprimento ao § 4º do art. 22 do Decreto 7892/13 e ao art. 1º do Decreto 9488/18, que regem que o instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, fica estabelecido que:

- a) Desde que **devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, **mediante anuência do órgão gerenciador e do fornecedor**.
- b) A manifestação do órgão gerenciador fica condicionada à realização de **estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços**.
- c) **As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem**.
- d) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, **deverão consultar o órgão gerenciador da ata** para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- e) **Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão**, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- f) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- g) Após a autorização do órgão gerenciador, **o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- h) **Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação**, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## 10. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

10.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente da autarquia/município, para homologação.

10.2. Após a adjudicação do resultado do certame licitatório, o licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na qual estão definidas as condições para entrega dos produtos, do pagamento, dos preços e as penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas.

10.3. No interesse da Administração, o objeto da presente licitação poderá ser acrescido ou reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou suspensão dos quantitativos originalmente contratados,



sem que disso resulte para o licitante direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.4. É facultado ao CISAB – ZONA DA MATA, quando o licitante recusar-se, injustificadamente, a entregar e cumprir com sua proposta vencedora, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação.

10.5. Ocorrendo essa hipótese, o Processo retornará à Pregoeira, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais Propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem de classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor.

10.6. A aquisição pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis

## 11. DAS SANÇÕES

11.1. O licitante convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta que se recusar injustificadamente a proceder à entrega, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficando ainda sujeito a multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, conforme previsto nos artigos 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde aceite pelo CISAB – ZONA DA MATA.

11.2. Fica facultada ao CISAB – ZONA DA MATA, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, aplicar à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta do licitante. A multa poderá ser aplicada a cada novo período de 05 (cinco) dias de atraso.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada autarquia dos municípios consorciados participantes deste certame.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E PAGAMENTO

13.1 Deverão ser apresentados no momento do fornecimento:

- a) Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde.

- b) Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde.
- c) Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.

13.2. O pagamento pela entrega dos produtos químicos será efetuado em até 15 (quinze) dias, mediante conferência e apresentação da Nota Fiscal, demonstrando a quantidade total de material fornecido até aquela data, com os respectivos preços unitário e total.

13.3. As Notas Fiscais deverão ser enviadas à CONTRATANTE juntamente com as vias de requisições recolhidas pela CONTRATADA, para efeito de conferência.

13.4. O pagamento das Notas será feito através de transferência, depósito bancário ou em cheque nominal à CONTRATADA, que, neste caso, deverá comparecer ao setor de pagamento da CONTRATANTE para recebê-lo.

13.5 A liberação do pagamento, contudo, ficará sujeita ao aceite do objeto pelo Departamento responsável de cada autarquia.

13.6. No caso da existência de pendências fiscais, relativos à documentação exigida no item nº 7, o pagamento referente à entrega dos materiais, só será efetuado mediante a regularização da documentação.

13.7. Ocorrendo o atraso no pagamento por omissão, erro ou dolo da CONTRATANTE, será pago ao CONTRATADO encargos calculados pela variação do INPC, *pro rata die*, sobre o valor devido.

13.8. Na extinção da relação contratual o pagamento será efetuado na forma direta, retratando a quantidade de material adquirido e eventualmente não compreendido na última quitação.

13.9. Não é permitido fazer pagamento adiantado em qualquer hipótese de acordo com a lei.

## **14. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME**

14.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

14.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

## **15. DOS RECURSOS**



15.1. Existindo intenção de interpor recurso, **o licitante deverá manifestá-la à pregoeira, de viva voz, imediatamente após a declaração do vencedor.**

15.2. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pela pregoeira, a qual decidirá pela sua aceitação.

15.3. Admitido o recurso, o licitante disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

15.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

## 16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela pregoeira ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 8.666/93.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**17.1. O prazo para entrega deverá ser de, no máximo, 15 dias após o recebimento da ordem de fornecimento, exceto para o item 14 (Policloreto de alumínio) em que a entrega deverá ser realizada em no máximo 5 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.**

17.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**17.3. Reservam-se à Pregoeira e aos membros da Equipe de Apoio o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.**

17.4. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

17.4.1. Adiada a data da abertura desta licitação.

17.4.2. Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

17.5. Não se permitirá a qualquer dos licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA  
MATA DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 10.331.797/0001-63  
[www.cisab.com.br](http://www.cisab.com.br)

desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de Pregão.

17.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8. Quanto aos textos, as declarações anexas a este edital são modelos exemplificativos, exigindo-se expressamente, todavia, que **o licitante se faça identificar corretamente nelas com sua razão social, CNPJ e nome do representante legal quando proceder com a assinatura de cada uma delas**, sob pena de inabilitação expressa.

Viçosa-MG, 10 de janeiro de 2019.

---

**Ângelo Chequer**  
Presidente



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL 001/19 (REGISTRO DE PREÇOS) DATA: 22/01/2019

#### Objeto: Quantidades e especificações técnicas

Aquisição de produtos químicos para tratamento de água conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO
1	<p><i>SULFATO DE ALUMÍNIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Teor mínimo de <math>Al_2O_3</math> = 16,5%            Teor máximo de <math>Fe_2O_3</math> = 0,04%            Teor máximo de acidez (% em massa como <math>H_2SO_4</math>) = 0,5%            Teor máximo de alcalinidade livre (% em massa como <math>Al_2O_3</math>) = 0,4%            Teor máximo de insolúveis (% em massa) = 1,0%            Características físicas:            Solubilidade (25 °C) = 53,0%            Cor = branco creme            Malha 2 = 98% mínimo            Malha 100 = 10% máximo            Embalagens em sacos de 25 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>	kg	265.550	Abre Campo: 20.000 Acaiaca: 10.000 Carangola: 38.000 Chalé: 6.000 Fervedouro: 2.500 Jequeri: 14.500 Lajinha: 4.800 Lima Duarte: 13.750 Manhauçu: 80.000 Oratórios: 10.000 Pedra Dourada: 5.000 Raul Soares: 25.000 Reduto: 3.000 Rio Doce: 5.000 Senador Firmino: 8.000 Senhora de Oliveira: 5.000 Tombos: 10.000 Vermelho Novo: 5.000
2	<p><i>SULFATO DE ALUMÍNIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Líquido, isento de ferro, para tratamento de água.            Teor mínimo em <math>Al_2O_3</math> = 7,5%</p>	L	200.000	Ponte Nova: 150.000 Recreio: 50.000

	<p>             Teor máximo de <math>Fe_2O_3 = 0,25\%</math>              Teor máximo de acidez livre (% em massa como <math>H_2SO_4</math>) = 0,5%              Teor máximo de alcalinidade livre (% em massa como <math>Al_2O_3</math>) = 0,2%              Teor máximo de insolúveis (% em massa) = 0,1%              Densidade = 1,3 g/cm<sup>3</sup> (+/- 0,01)              Cor = Incolor Amarelado.         </p> <p>             Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.         </p>			
<p>3</p>	<p> <i>HIPOCLORITO DE CÁLCIO destinado ao tratamento de água com registro no Ministério da Saúde, conforme norma ABNT NBR 11887, com as seguintes características:</i> </p> <p>             Teor mínimo de cloro ativo disponível em peso = 65%              Teor máximo de insolúveis em água = 5%              Isento de soda cáustica              Teor máximo de ferro = 0,05%              Teor máximo de óxidos de metais pesados = 0,5%              pH (solução a 1%) = 10,5 a 11,5              Solubilidade em água = 180 g/L              Apresentado em grânulos              Embalagem de 45 Kg.         </p> <p>             Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para         </p>	<p>kg</p>	<p>89.680</p>	<p>             Abre Campo: 2.025 Carangola:              3.015 Chalé: 1.350 Fervedouro:              1.170 Jequeri: 2.250 Lajinha: 1.800              Lima Duarte: 4.185 Manhuaçu:              3.510 Oratórios: 6.750 Pedra              Dourada: 1.440 Raul Soares: 450              Recreio: 2.430 Reduto: 1.530 Rio              Doce: 1.350 Senador Firmino: 1.125              Senhora de Oliveira: 900 Tombos:              4.000 Vermelho Novo: 360 Viçosa:              50.040         </p>

	atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.			
4	<p><i>FLUOSSILICATO DE SÓDIO destinado ao tratamento de água, com as seguintes características:</i></p> <p>Pureza mínima = 98,0% Teor mínimo de flúor = 59,4% Umidade máxima = 0,5% Insolúveis (máximo) = 0,5% Densidade aparente = 1,20 kg/m<sup>3</sup> Solubilidade em água (25 °C) = 0,762 % Aspecto = pó branco, brilhante, cristalino Malha 325 = 25% (máximo) Malha 80 = 100% Embalagens em sacos de 25 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>	kg	40.300	<p>Abre Campo: 20.000 Carangola: 3.500 Chalé: 300 Jequeri: 500 Lajinha: 700 Manhuaçu: 10.000 Pedra Dourada: 200 Raul Soares: 2.000 Recreio: 700 Reduto: 800 Senador Firmino: 400 Tombos: 1.200</p>
5	<p><i>ÁCIDO FLUOSSILÍCICO destinado ao tratamento de água, com as seguintes características:</i></p> <p>Aspecto = claro e límpido Teor de H<sub>2</sub>SiF<sub>6</sub> = mínimo de 20% em massa Densidade = 1,20 g/mL Acidez livre = máximo de 1% Material em suspensão = isento Teor de ferro total = máximo de 10g/kg Teor de manganês total = máximo de 10g/kg Toxicidade (calculada para uma dosagem máxima de 6,25 mg/L de ácido fluossilícico a 20%): Arsênio = máximo de 800 mg/kg Cromo = máximo de 800 mg/kg Chumbo = máximo de 800 mg/kg O produto deverá ser entregue em bombonas de 50 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e</p>	L	19.900	<p>Acaiaca: 1.000 Lima Duarte: 6.600 Manhuaçu: 10.000 Rio Doce: 2.000 Vermelho Novo: 300</p>

	<p>no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>			
6	<p><i>ACIDO FLUOSSILÍCICO destinado ao tratamento de água, com as seguintes características:</i></p> <p>Aspecto = claro e límpido          Teor de H<sub>2</sub>SiF<sub>6</sub> = mínimo de 20% em massa Densidade = 1,20 g/mL          Acidez livre = máximo de 1%          Material em suspensão = isento          Teor de ferro total = máximo de 10g/kg          Teor de manganês total = máximo de 10g/kg          Toxicidade (calculada para uma dosagem máxima de 6,25 mg/L de ácido fluossilícico a 20%):          Arsênio = máximo de 800 mg/kg          Cromo = máximo de 800 mg/kg          Chumbo = máximo de 800 mg/kg          Entrega em cargas de aproximadamente 10.000 litros em caminhão tanque certificado.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>	L	80.000	Ponte Nova: 20.000 Viçosa: 60.000
7	<p><i>CAL HIDRATADA destinada ao tratamento de água, com as seguintes características:</i></p>	kg	135.660	Abre Campo: 10.000 Acaiaca: 3.000 Carangola: 14.000 Chalé: 400 Jequeri: 400 Lajinha: 300 Oratórios:

	<p>           Teor de hidróxido de cálcio: <math>\geq 90,0\%</math>            Teor de carbonato de cálcio: <math>\leq 5,5\%</math>            Teor de hidróxido de magnésio: <math>\leq 2,2\%</math>            Granulometria (% retida na peneira 100 mesh): <math>\leq 2,2\%</math>            Umidade Máxima = 1%            Teor máximo de resíduos insolúveis = 1%            Na dosagem necessária ao processo de tratamento, as substâncias que possam causar efeitos tóxicos a saúde não devem extrapolar 1/10 dos limites permitidos na legislação vigente para água potável.            Embalada em sacos de 20 kg, em folha em papel duplo.         </p> <p>           Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.         </p>			<p>           10.000 Recreio: 90.000 Reduto:            1.260 Senador Firmino: 2.300            Tombos: 1.500 Vermelho Novo:            2.500         </p>
8	<p> <i>HIPOCLORITO DE SÓDIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i> </p> <p>           Teor mínimo de cloro ativo = 10%            Embalagem em bombonas de 50 kg.         </p> <p>           Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.         </p>	kg	103.200	<p>           Acaiaca: 3.000 Carangola: 200            Viçosa: 100.000         </p>
9	<p> <i>SAL GROSSO isento de iodo para ser utilizado na geração de cloro para tratamento de água para consumo</i> </p>	saca	6.940	<p>           Carangola: 1.440 Manhauçu: 2.500            Ponte Nova: 3.000         </p>

*humano com as seguintes características:*

Composição química:

Teor de umidade:

Típico = 0,05%, Máximo = 3%

Teor de resíduos insolúveis:

Típico = 0,01%, Máximo = 0,1%

Teor de cálcio (Ca<sup>2+</sup>):

Típico = 0,03%, Máximo = 0,05%

Teor de magnésio (Mg<sup>2+</sup>):

Típico = 0,02%, Máximo = 0,03%

Teor de sulfato:

Típico = 0,1%, Máximo = 0,15%

Teor de cloreto de sódio (BS):

Típico = 99,4%, Máximo = 100%

Dureza total:

Típica = 500 ppm, Máxima = 900 ppm

Cádmio = máximo de 0,5 ppm

Arsênio = máximo de 0,5 ppm

Mercúrio = máximo de 0,1 ppm

Iodo = ausente

Ferrocianeto de sódio = ausente

Granulometria ideal:

Retenção = 0,04% (2,38mm; 8 mesh; 8 Tyler)

Retenção = 1,25 % (2 mm; 10 mesh; 9 Tyler)

Retenção = 9,2 % (1,68 mm; 12 mesh; 10 Tyler)

Retenção = 53,99 % (1 mm; 18 mesh; 16 Tyler)

Retenção = 19,99 % (0,84 mm; 20 mesh; 20 Tyler)

Retenção = 15,4 % (0,11 mm; 140 mesh; 150 Tyler)

Retenção = 0,13 % (fino (mm))

Propriedades organolépticas:

Aparência física = cristalino, isento de impurezas

Cor = branco

Odor = inodoro

Sabor = salino, salgado próprio

Aspecto = sólido

Embalagens: saco ráfil laminado com 25 kg de sal grosso cada.

Validade do produto: 2 anos.

Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para

	consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.			
10	<p><i>ÁCIDO TRICLORO ISOCIANÚRICO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Composto por tabletes de dissolução lenta em pastilhas de 200 g. Teor de tricloro isocianúrico = 50% Teor de fluorsilicato = 50% Refil com 7 tabletes e caixa com 105 tabletes.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>	kg	504	Abre Campo: 168 Lajinha: 126 Manhuaçu: 210
11	<p><i>TRICLORO ORGÂNICO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Pastilha a base de ácido tricloro isocianúrico <math>C_3Cl_3N_3O_3</math> Teor de cloro ativo: <math>\geq 90\%</math> Pastilhas de 200 g.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º</p>	kg	11.600	Acaiaca: 3.000 Carangola: 50 Oratórios: 2.500 Ponte Nova: 2.500 Raul Soares: 500 Senador Firmino: 50 Viçosa: 3.000

	do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.			
12	<p><i>HIDROXIDO DE CÁLCIO em suspensão aquosa destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>                     Teor de <math>\text{Ca(OH)}_2</math> = 28,00% a 32,00%                      Substâncias reativas ao HCl (<math>\text{CaCO}_3</math> m/m) = 1,80 (máximo)                      Teor de sílica (<math>\text{SiO}_2</math>) + resíduos insolúveis = 0,50% (máximo)                      Suspensão 24 h: 95,00% (mínimo)                      Massa específica = 1,10 a 1,30 g/mL                      Retido em peneira de 0,075 mm = 1,50% (máximo)                      Viscosidade em copo Ford 04 mm = 17 segundos (máximo)                      Dioxinas e Furanos = isento                      Impurezas metálicas/metais pesados/fluoretos/radionuclídeos: em conformidade com a ABNT NBR 15784/2014 e Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 MS de 28/09/2017.                 </p> <p>Entrega em cargas de aproximadamente 12.000 litros em caminhão tanque certificado.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>	L	223.000	Manhuaçu: 45.000 Viçosa: 178.000
13	<p><i>HIDROXIDO DE CÁLCIO em suspensão aquosa destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>                     Teor de <math>\text{Ca(OH)}_2</math> = 28,00% a 32,00%                      Substâncias reativas ao HCl (<math>\text{CaCO}_3</math> m/m) = 1,80 (máximo)                      Teor de sílica (<math>\text{SiO}_2</math>) + resíduos insolúveis = 0,50% (máximo)                      Suspensão 24 h: 95,00% (mínimo)                 </p>	L	100.000	Ponte Nova: 100.000



Massa específica = 1,10 a 1,30 g/mL  
Retido em peneira de 0,075 mm = 1,50% (máximo)  
Viscosidade em copo Ford 04 mm = 17 segundos (máximo)  
Dioxinas e Furanos = isento  
Impurezas metálicas/metais pesados/fluoretos/radionuclídeos: em conformidade com a ABNT NBR 15784/2014 e Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 MS de 28/09/2017.

Entrega em cargas de aproximadamente 12.000 litros em caminhão tanque certificado.

Deverão ser fornecidas duas motobombas (01 helicoidal e 01 de recirculação) em comodato para dosagem e recirculação do produto no tanque.

Poderá, ainda, o DMAES Ponte Nova, utilizar da prerrogativa de aplicação de testes em planta junto a ETA, verificando suas condições de fornecimento, bem como a qualidade do produto. O quantitativo do produto para teste deverá ser de até 12.000L. A carga teste deverá ser transportada em caminhão tanque devidamente lacrado, onde o lacre só poderá ser rompido na presença do técnico competente do DMAES, cujos resultados apurados ficarão assim distribuídos em relação ao ônus de aquisição: CONFORMIDADE do produto em relação à composição, utilização e manutenção dos resultados de tratamento – custo do DMAES, onde o pagamento ser dará na primeira solicitação de fornecimento dentro do respectivo. NÃO CONFORMIDADE do produto em relação à utilização e manutenção dos resultados de tratamento – custo do fornecimento do material para o teste em planta ficará às expensas do licitante.

O DMAES irá promover coleta da amostra do produto para a verificação da CONFORMIDADE da carga de teste, devendo o funcionário do DMAES e o motorista do transporte seguir, obrigatoriamente, os seguintes procedimentos:

O servidor do laboratório da ETA coletará, na presença do motorista do transporte, amostra do produto para as verificações da CONFORMIDADE quanto à especificidade e teores mínimos e ou máximos descritos nos objetos de pacto; deverá o referido funcionário e/ou motorista, registrar através de chancela (assinatura) no verso da respectiva Nota Fiscal e entrega amostral, destacando a data e hora da coleta; Ocorrerá, também, a identificação da mesma forma pelo servidor do laboratório que acompanhará a descarga. Se o produto for aprovado na amostra coletada, será descarregado e

	<p>iniciadas verificações de sua performance na planta e serão avaliados e monitorados os seguintes pontos: Estabilidade e manutenção do pH na faixa desejada, consumo/rendimento do produto, turbidez (em caso de aplicação na saída), intervalo de carreira de filtração, aplicabilidade de dosagem do produto, solubilização. Se os resultados forem diferentes desta descrição, o produto poderá ser recusado e, conseqüentemente, a empresa desclassificada.</p> <p>Prestação de Serviços de Assistência Técnica, Consultoria e Manutenção nos equipamentos do Sistema de Dosagem do produto, se necessário. A empresa deverá apresentar, no momento do fornecimento, Atestado de Capacidade de Prestação de Serviços de Manutenção e de Consultoria da equipe de Assistência Técnica, comprovando a realização de manutenção e consultoria no sistema de armazenamento e dosagem do produto.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>			
<p><b>14</b></p>	<p><i>POLICLORETO DE ALUMINIO (PAC) A GRANEL destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Deve ser uma solução clara a ligeiramente brumosa. Deve ser isento de materiais estranhos visíveis ou sedimentos.</p> <p>Densidade: entre 1,23 e 1,27 g/cm<sup>3</sup>          Teor de trióxido de alumínio: 9,0% ≤ Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub> ≤ 11,0%          Basicidade química: 7,0% ≤ BAS ≤ 67,0%          Turbidez ≤ 50 NTU          Limite máximo de impurezas (conforme dosagem máxima do material de 225,0 mg/L a ser utilizada no tratamento):          Arsênio ≤ 4,4 mg/kg</p>	<p>L</p>	<p>254.000</p>	<p>Viçosa: 254.000</p>

	<p>Bário ≤ 311,1 mg/kg Cádmio ≤ 2,2 mg/kg Cromo ≤ 22,2 mg/kg Chumbo ≤ 4,4 mg/kg Mercúrio ≤ 0,4 mg/kg Selênio ≤ 4,4 mg/kg Prata ≤ 22,2 mg/kg</p> <p>Parâmetros de recebimento: Impurezas: não deve conter substâncias em quantidade capaz de produzir efeitos danosos ou prejudiciais à saúde dos consumidores da água adequadamente tratada com o material policloreto de alumínio líquido. Entregue em temperatura ambiente, máximo de 40 °C Apresentação: forma aquosa (líquida) Embalagem: líquido a granel.</p> <p><b>A entrega deverá ser realizada em no máximo 5 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.</b></p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>			
15	<p><i>PRODUTO QUÍMICO LÍQUIDO A BASE DE POLIFOSFATO DE SÓDIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Teor de óxido de fósforo (BS) = 61,8% Densidade mínima = 1,55 g/cm<sup>3</sup> Concentração (BS) = 54% Teor de fosfatos reativos = 21,6%. O preço da embalagem (acondicionamento) deverá estar incluído no preço total do produto.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea</p>	kg	55.000	Manhuaçu: 5.000 Viçosa: 50.000

	<p>b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>			
16	<p><i>SODA CÁUSTICA LÍQUIDA (hidróxido de sódio solução a 50%) destinada ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Alcalinidade = 49% m/m de NaOH (mínimo)          Carbonatos = 0,2% m/m de Na<sub>2</sub>CO<sub>3</sub> (máximo)          Cloretos = 1,1% m/m de NaCl (máximo)          Ferro = 5,0 ppm (máximo)          Cloratos: 0,200% m/m de NaClO<sub>3</sub> (máximo).          Embalagem: bombonas de até 50 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>	L	17.600	<p>Acaiaca: 2.000 Lima Duarte: 300          Manhauçu: 15.000 Pedra Dourada: 300</p>
17	<p><i>SAL GROSSO, não iodado destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Para produção de hipoclorito de sódio para o tratamento de água, com padrão químico para consumo humano.</p> <p>Teor de cloreto de sódio:          Mínimo = 99,8%, Típico = 99,86%, Máximo = 99,91%          Teor de umidade (120 °C/2h):          Mínimo = 0,1%, Típico = 1,0%, Máximo = 2,0%          Teor de cálcio (Ca<sup>2+</sup>):          Mínimo = 0,020%, Típico = 0,040%, Máximo = 0,075%          Teor de magnésio (Mg<sup>2+</sup>):          Mínimo = 0,004%, Típico = 0,010%, Máximo = 0,045%</p>	kg	250.000	<p>Viçosa: 250.000</p>

Teor de sulfato ( $\text{SO}_4^{2-}$ ):  
Mínimo = 0,030%, Típico = 0,100%, Máximo = 0,200%  
Teor de insolúveis em água:  
Mínimo = 0,006%, Típico = 0,035%, Máximo = 0,050%  
pH (solução 10% p/v):  
Mínimo = 6,5, Típico = 8,0, Máximo = 9,5  
Teor de iodo (metalóide) = isento  
Teor de ferrocianeto de sódio = isento  
Teor de nitrito = isento  
Teor de sílico aluminato de sódio = isento  
Turbidez visual = claro límpido  
Granulometria = poderá ser fornecido sal grosso padrão churrasco, desde que a composição química atenda a especificação acima.  
Forma = cristais brancos (Decreto nº 75697 de 06/05/1975)  
Granulação = uniforme (Decreto nº 75697 de 06/05/1975)  
Odor = inodoro (Decreto nº 75697 de 06/05/1975)  
Sabor = salino, salgado próprio (Decreto nº 75697 de 06/05/1975)

Embalagem: sacos plásticos contendo 25 Kg.

Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.

### **Motivação**

Atender o tratamento nos serviços de controle da qualidade da água das prefeituras e autarquias consorciadas ao CISAB Zona da Mata.

### **Prazo, local e condições de entrega ou execução**

Local de entrega: almoxarifado central das prefeituras e autarquias consorciadas ao CISAB Zona da Mata requisitantes no processo licitatório 001/2019.



- ⇒ Prefeitura Municipal de Acaiaca – MG (CEP: 35.438-000)
- ⇒ SAAE Abre Campo - MG (CEP: 35.365-000)
- ⇒ SEMASA Carangola – MG (CEP: 36.800-000)
- ⇒ SAAE Chalé – MG (CEP: 36.985-000)
- ⇒ SAAE Fervedouro – MG (CEP: 36.815-000)
- ⇒ DEMA E Jequeri – MG (CEP: 35.390-000)
- ⇒ SAAE Lajinha – MG (CEP: 36.980-000)
- ⇒ DEMA E Lima Duarte – MG (CEP: 36.140-000)
- ⇒ SAAE Manhuaçu – MG (CEP: 36900-000)
- ⇒ Prefeitura Municipal de Oratórios – MG (CEP: 35.439-000)
- ⇒ Prefeitura Municipal de Pedra Dourada – MG (CEP: 36.847-000)
- ⇒ DEMAES Ponte Nova – MG (CEP: 35430-141)
- ⇒ SAAE Raul Soares – MG (CEP: 35350-0000)
- ⇒ SAAE Recreio – MG (CEP: 36.740-000)
- ⇒ SAAE Reduto – MG (CEP: 36.920-000)
- ⇒ DEMA E Rio Doce – MG (CEP: 35.442-000)
- ⇒ SAAE Senador Firmino – MG (CEP: 36.540-000)
- ⇒ SAAE Senhora da Oliveira – MG (CEP: 36.470-000)
- ⇒ SAAE Tombos – MG (CEP: 36.844-000)
- ⇒ SAAE Vermelho Novo - MG (CEP: 35359-000)
- ⇒ SAAE Viçosa – MG (CEP: 36570-210)

Prazo de entrega: até 15 dias a partir da ordem de fornecimento, exceto para o item 14 (Policloreto de alumínio) em que a entrega deverá ser realizada em no máximo 5 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

A entrega dos produtos nos municípios solicitantes poderá ser parcelada em até três vezes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, devendo ser acordadas as datas entre o fornecedor e a autarquia/prefeitura.

**Responsável, endereço eletrônico e telefone**



Em caso de dúvidas sobre a entrega, solicitar contato de cada município através do telefone do CISAB Zona da Mata (31) 3891-5636 ou pelo e-mail [compras@cisab.com.br](mailto:compras@cisab.com.br).

### **Condições e prazos de pagamento**

Deverão ser apresentados no momento do fornecimento de TODOS OS PRODUTOS:

- a) Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde.
- b) Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde.
- c) Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.

A entrega deverá ser realizada num prazo de 15 dias, **mediante apresentação da nota de empenho global**, exceto para o item 14 (Policloreto de alumínio) em que a entrega deverá ser realizada em, no máximo, 5 dias após o recebimento da ordem de fornecimento. O pagamento será efetuado em até 15 dias a partir da entrega do material juntamente com a apresentação da nota fiscal.

### **Obrigações da contratante**

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento e gerenciar o contrato (se houver).

### **Obrigações da contratada**

Proceder com o fornecimento em atendimento à todas as cláusulas do edital de Pregão 001/2019.

### **Critério de avaliação das propostas**

Julgamento das propostas: menor preço por item.



## ANEXO II

PREGÃO Nº 001/2019

### CARTA DE CREDENCIAMENTO

À Pregoeira e Equipe de Apoio  
CISAB – ZONA DA MATA

A signatária (**Razão Social do Licitante**), inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na (**endereço**), vem pela presente, CREDENCIAR o Sr.(a)....., portador(a) da cédula de identidade sob o nº ....., CPF sob o nº....., para o fim especial de representá-la junto ao CISAB, no Processo Licitatório sob a modalidade de PREGAO nº....., com poderes para apresentar Envelopes Proposta e Documentos de Habilitação, formular ofertas e lances de preços na sessão pública, apresentar impugnações, interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO LICITANTE  
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- Item 4.1.1, do Edital

Obs.: Este documento deverá ser entregue FORA DO ENVELOPE, juntamente com uma via do contrato social e logo no início da sessão, assim que o solicitar a Pregoeira, devendo ser devidamente assinado e com reconhecimento de firma.





**ANEXO III**

**PREGÃO Nº 001/2019**

**DECLARAÇÃO**

**Razão Social do Licitante**, inscrita no CNPJ sob o nº. ...., sediada (endereço), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, para fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no presente edital e declara também estar de acordo com todos os termos do Edital de Pregão 001/2019 do CISAB Zona da Mata e de todos os seus anexos, todos de seu integral conhecimento.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- **Item 5.1.1, do Edital**

**Obs.: Esta Declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento, FORA DO ENVELOPE, logo no início da sessão, assim que o solicitar o Pregoeiro sob as penas previstas no presente Edital.**



**ANEXO IV**

**PREGÃO Nº 001/2019**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**À Pregoeira e Equipe de Apoio  
CISAB – ZONA DA MATA**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão nº ....., instaurado pelo CISAB, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE  
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- **Item 7.1.4 – letra “a” do Edital**

**Obs.: Esta Declaração deverá estar DENTRO DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO.**



**ANEXO V**

**PREGÃO Nº 001/2019**

**DECLARAÇÃO**

**Razão Social do Licitante**, inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada (endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, para fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- **Item 7.1.4 - letra “b” do Edital**

**Obs.: Esta Declaração deverá estar DENTRO DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO.**



**ANEXO VI**

**PREGÃO Nº 001/2019**

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_ Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela (o) \_\_\_\_\_ CPF/MF nº \_\_\_\_\_, em atendimento ao disposto no Edital de Pregão \_\_\_/2014, DECLARA, sob as penas da Lei, que é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006

ou

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006

DECLARA ainda que esta empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

NOME  
Representante legal da empresa  
CARIMBO DA EMPRESA



**ANEXO VII**

**PREGÃO Nº 001/2019**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

**PROCESSO Nº. 001/2018**  
**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**

Aos ..... dias do mês de janeiro do ano de 2019, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA**, com sede na Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 701 - Centro, Viçosa-MG, CNPJ: 10.331.797.0001-63, adiante designado **FUTURO/PROMITENTE COMPRADOR**, representado neste ato por sua Superintendente, Srª. ...., doravante simplesmente denominado CISAB e a(s) empresa(s) relacionadas abaixo, representada pelo preposto/sócio administrador, doravante denominada(s) **FUTURA/PROMITENTE FORNECEDORA**, celebram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em decorrência do Pregão Presencial 001/2018, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, Decreto Federal 7892/13, Decreto Federal 9488/18, Decreto Estadual nº 24.649/03, Decretos Municipais nºs 3893/2004, 3906/2005 e 4002/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, Lei complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 147/14 e demais exigências deste edital, bem como todas as demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente procedimento licitatório limita-se ao registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de contratação de empresa especializada para fornecimento de produtos químicos para tratamento de água para consumo humano, de acordo com as especificações e condições contidas no anexo I desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses. É admitida sua prorrogação quando os preços continuarem se mostrando mais vantajosos, e desde que haja anuência do órgão gestor do Registro de Preços e Futura Fornecedora.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CISAB não será obrigado a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços estão especificados no Anexo I desta ata.



Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 001/2019.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão nº 001/2019, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

O CISAB Zona da Mata poderá solicitar adesão de outros participantes a esta ata, ficando a cargo da(s) detentora(s) o aceite ou a recusa, conforme item 9.3 do edital de Pregão nº 001/2019.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

A entrega dos produtos solicitados, de acordo com as requisições, será no depósito de cada Autarquia consorciada, em local indicado pelas mesmas.

O prazo para entrega deverá ser de **no máximo 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de fornecimento, exceto para o item 14 (Policloreto de alumínio) em que a entrega deverá ser realizada em no máximo 5 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.**

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento pelo fornecimento dos produtos será **até 15 (quinze) dias, mediante conferência e apresentação da Nota Fiscal**, demonstrando a quantidade total de material fornecido até aquela data, com os respectivos preços unitário e total.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

A entrega dos serviços/resultados só estará caracterizada se acompanhada da ordem de Fornecimento.

**O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.**

Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal/fatura correspondente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, a empresa signatária responderá, com suporte no princípio da culpa objetiva, pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pelo CISAB, ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da empresa signatária ou de seus prepostos.

Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no parágrafo anterior, o CISAB ao seu alvedrio, o declarará e fixará o seu valor, podendo abatê-lo dos vencimentos mensais devidos à empresa signatária, ou, se inviável a compensação, prover a execução judicial, independentemente da participação da empresa signatária na apuração do prejuízo, através da expedição de letra de câmbio de valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

Fica facultado ao CISAB, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global contrato. A multa poderá ser aplicada



a cada novo período de 05 (cinco) dias de atraso.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O fornecimento poderá ser rescindido, quer pela inexecução das obrigações pactuadas, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexigível, ou desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, à qual as partes expressamente se submetem, podendo a rescisão ser determinada:

- a) Mediante a denúncia da parte interessada, com antecedência de 30 (trinta) dias da data para a extinção da vigência desta ata.
- b) Por ato unilateral e escrito do CISAB nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do supra citado artigo, quando nenhuma indenização será devida à empresa signatária.
- c) Judicial, nos termos da Lei.

### **CLÁUSULA NONA – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS**

Com base no Decreto 7892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### **CLÁUSULA DEZ – DO CANCELAMENTO**



O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita formalmente, pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

Pelas detentoras, quando:

a) mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceite as razões do pedido.





## CLÁUSULA ONZE – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O fornecimento dos produtos, objetos desta Ata de Registro de Preços será supervisionado pelo requisitante consoante o disposto no Art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

## CLÁUSULA DOZE – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS REQUISIÇÕES DE FORNECIMENTO

Para as aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços, cada Autarquia comunicará por escrito à empresa fornecedora, o nome e a identidade dos seus servidores credenciados a assinar requisições, e será responsável por todo e qualquer fornecimento pelos mesmos solicitados.

## CLÁUSULA TREZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos financeiros destinados ao pagamento da importância mencionada na cláusula anterior acham-se previstos nas dotações orçamentárias de cada Autarquia para o exercício de 2019.

## CLÁUSULA QUATORZE – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTROS ÓRGÃOS

Em cumprimento ao § 4º do art. 22 do Decreto 7892/13 e ao art. 1º do Decreto 9488/18, que regram que o instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, fica estabelecido que:

- a) Desde que **devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, **mediante anuência do órgão gerenciador e do fornecedor**.
- b) A manifestação do órgão gerenciador fica condicionada à realização de **estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços**.
- c) **As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem**.
- d) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, **deverão consultar o órgão gerenciador da ata** para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- e) **Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão,**



desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

- f) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- g) Após a autorização do órgão gerenciador, **o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- h) **Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação**, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Viçosa - MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja para a solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Viçosa - MG, 10 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_  
Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata - Cisab  
**XXXXXXXXXX**  
Superintendente

\_\_\_\_\_  
DETENTORA

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_  
Nome e CPF

\_\_\_\_\_  
Nome e CPF

#### ANEXO I ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2019

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA	EMPRESA



ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº001/2019

EMPRESA: .....

ENDEREÇO: .....

TELEFONE: .....FAX.....

E-MAIL: .....

C. N. P. J ..... INSC. ESTADUAL:.....

Pela presente, formulamos proposta Comercial para, de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 001/2018 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	<i>SULFATO DE ALUMÍNIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i>  Teor mínimo de $Al_2O_3 = 16,5\%$ Teor máximo de $Fe_2O_3 = 0,04\%$ Teor máximo de acidez (% em massa como $H_2SO_4$ ) = $0,5\%$ Teor máximo de alcalinidade livre (% em massa como $Al_2O_3$ ) = $0,4\%$ Teor máximo de insolúveis (% em massa) = $1,0\%$ Características físicas:	kg	265.550			



	<p>Solubilidade (25 °C) = 53,0%          Cor = branco creme          Malha 2 = 98% mínimo          Malha 100 = 10% máximo          Embalagens em sacos de 25 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRs pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>					
2	<p><i>SULFATO DE ALUMÍNIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Líquido, isento de ferro, para tratamento de água.          Teor mínimo em Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub> = 7,5%          Teor máximo de Fe<sub>2</sub>O<sub>3</sub> = 0,25%</p>	L	200.000			



	<p>           Teor máximo de acidez livre (% em massa como H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub>) = 0,5%            Teor máximo de alcalinidade livre (% em massa como Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub>) = 0,2%            Teor máximo de insolúveis (% em massa) = 0,1%            Densidade = 1,3 g/cm<sup>3</sup> (+/- 0,01)            Cor = Incolor Amarelado.         </p> <p>           Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRs pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.         </p>				
3	<p> <i>HIPOCLORITO DE CÁLCIO destinado ao tratamento de água com registro no Ministério da Saúde, conforme norma ABNT NBR 11887, com as seguintes características:</i> </p>	kg	89.680		



	<p>           Teor mínimo de cloro ativo disponível em peso = 65%            Teor máximo de insolúveis em água = 5%            Isento de soda cáustica            Teor máximo de ferro = 0,05%            Teor máximo de óxidos de metais pesados = 0,5%            pH (solução a 1%) = 10,5 a 11,5            Solubilidade em água = 180 g/L            Apresentado em grânulos            Embalagem de 45 Kg.         </p> <p>           Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.         </p>					
4	FLUOSSILICATO DE SÓDIO destinado ao tratamento	kg	40.300			



*de água, com as seguintes características:*

Pureza mínima = 98,0%  
Teor mínimo de flúor = 59,4%  
Umidade máxima = 0,5%  
Insolúveis (máximo) = 0,5%  
Densidade aparente = 1,20 kg/m<sup>3</sup> Solubilidade em água  
(25 °C) = 0,762 %  
Aspecto = pó branco, brilhante, cristalino  
Malha 325 = 25% (máximo)  
Malha 80 = 100%  
Embalagens em sacos de 25 kg.

Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações

	de segurança do produto químico - FISPQ.				
5	<p><i>ÁCIDO FLUOSSILÍCICO</i> destinado ao tratamento de água, com as seguintes características:</p> <p>Aspecto = claro e límpido          Teor de H<sub>2</sub>SiF<sub>6</sub> = mínimo de 20% em massa Densidade = 1,20 g/mL          Acidez livre = máximo de 1%          Material em suspensão = isento          Teor de ferro total = máximo de 10g/kg          Teor de manganês total = máximo de 10g/kg Toxicidade (calculada para uma dosagem máxima de 6,25 mg/L de ácido fluossilícico a 20%):          Arsênio = máximo de 800 mg/kg          Cromo = máximo de 800 mg/kg          Chumbo = máximo de 800 mg/kg          O produto deverá ser entregue em bombonas de 50 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado</p>	L	19.900		



	<p>pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>				
6	<p><i>ÁCIDO FLUOSSILÍCICO</i> destinado ao tratamento de água, com as seguintes características:</p> <p>Aspecto = claro e límpido          Teor de H<sub>2</sub>SiF<sub>6</sub> = mínimo de 20% em massa Densidade = 1,20 g/mL          Acidez livre = máximo de 1%          Material em suspensão = isento          Teor de ferro total = máximo de 10g/kg          Teor de manganês total = máximo de 10g/kg          Toxicidade (calculada para uma dosagem máxima de 6,25 mg/L de ácido fluossilícico a 20%):          Arsênio = máximo de 800 mg/kg          Cromo = máximo de 800 mg/kg          Chumbo = máximo de 800 mg/kg          Entrega em cargas de aproximadamente 10.000 litros em caminhão tanque certificado.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado</p>	L	80.000		



	pele INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.				
7	<p><i>CAL HIDRATADA destinada ao tratamento de água, com as seguintes características:</i></p> <p>Teor de hidróxido de cálcio: <math>\geq 90,0\%</math> Teor de carbonato de cálcio: <math>\leq 5,5\%</math> Teor de hidróxido de magnésio: <math>\leq 2,2\%</math> Granulometria (% retida na peneira 100 mesh): <math>\leq 2,2\%</math> Umidade Máxima = 1% Teor máximo de resíduos insolúveis = 1%</p> <p>Na dosagem necessária ao processo de tratamento, as substâncias que possam causar efeitos tóxicos a saúde não devem extrapolar 1/10 dos limites permitidos na legislação vigente para água potável. Embalada em sacos de 20 kg, em folha em papel duplo.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e</p>	kg	135.660		

	<p>no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRs pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>					
<p><b>8</b></p>	<p><i>HIPOCLORITO DE SÓDIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Teor mínimo de cloro ativo = 10% Embalagem em bombonas de 50 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério</p>	<p>kg</p>	<p>103.200</p>			

	da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.				
9	<p><i>SAL GROSSO isento de iodo para ser utilizado na geração de cloro para tratamento de água para consumo humano com as seguintes características:</i></p> <p>Composição química:          Teor de umidade:          Típico = 0,05%, Máximo = 3%          Teor de resíduos insolúveis:          Típico = 0,01%, Máximo = 0,1%          Teor de cálcio (Ca<sup>2+</sup>):          Típico = 0,03%, Máximo = 0,05%          Teor de magnésio (Mg<sup>2+</sup>):          Típico = 0,02%, Máximo = 0,03%          Teor de sulfato:          Típico = 0,1%, Máximo = 0,15%          Teor de cloreto de sódio (BS):          Típico = 99,4%, Máximo = 100%          Dureza total:          Típica = 500 ppm, Máxima = 900 ppm</p>	saca	6.940		



<p>Cádmio = máximo de 0,5 ppm Arsênio = máximo de 0,5 ppm Mercúrio = máximo de 0,1 ppm Iodo = ausente Ferrocianeto de sódio = ausente</p> <p>Granulometria ideal: Retenção = 0,04% (2,38mm; 8 mesh; 8 Tyler) Retenção = 1,25 % (2 mm; 10 mesh; 9 Tyler) Retenção = 9,2 % (1,68 mm; 12 mesh; 10 Tyler) Retenção = 53,99 % (1 mm; 18 mesh; 16 Tyler) Retenção = 19,99 % (0,84 mm; 20 mesh; 20 Tyler) Retenção = 15,4 % (0,11 mm; 140 mesh; 150 Tyler) Retenção = 0,13 % (fino (mm))</p> <p>Propriedades organolépticas: Aparência física = cristalino, isento de impurezas Cor = branco Odor = inodoro Sabor = salino, salgado próprio Aspecto = sólido</p> <p>Embalagens: saco ráfil laminado com 25 kg de sal grosso cada. Validade do produto: 2 anos.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento</p>				
--	--	--	--	--



	<p>           aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRs pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.         </p>					
10	<p> <i>ÁCIDO TRICLORO ISOCIANÚRICO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i> </p> <p>           Composto por tabletes de dissolução lenta em pastilhas de 200 g.            Teor de tricloro isocianúrico = 50%            Teor de fluorsilicato = 50%            Refil com 7 tabletes e caixa com 105 tabletes.         </p> <p>           Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea         </p>	kg	504			

	<p>b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>				
11	<p>TRICLORO ORGÂNICO <i>destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Pastilha a base de ácido tricloro isocianúrico <math>C_3Cl_3N_3O_3</math> Teor de cloro ativo: <math>\geq 90\%</math> Pastilhas de 200 g.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado</p>	kg	11.600		



	<p>             pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.           </p>				
12	<p> <i>HIDROXIDO DE CÁLCIO em suspensão aquosa destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i> </p> <p>             Teor de <math>\text{Ca(OH)}_2</math> = 28,00% a 32,00%              Substâncias reativas ao HCl (<math>\text{CaCO}_3</math> m/m) = 1,80 (máximo)              Teor de sílica (<math>\text{SiO}_2</math>) + resíduos insolúveis = 0,50% (máximo)              Suspensão 24 h: 95,00% (mínimo)              Massa específica = 1,10 a 1,30 g/mL              Retido em peneira de 0,075 mm = 1,50% (máximo)              Viscosidade em copo Ford 04 mm = 17 segundos (máximo)              Dioxinas e Furanos = isento              Impurezas metálicas/metais pesados/fluoretos/radionuclídeos: em conformidade com a ABNT NBR 15784/2014 e Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 MS de 28/09/2017.           </p> <p>             Entrega em cargas de aproximadamente 12.000 litros em caminhão tanque certificado.           </p>	L	223.000		





	<p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>					
<p><b>13</b></p>	<p><i>HIDROXIDO DE CÁLCIO em suspensão aquosa destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>             Teor de Ca(OH)<sub>2</sub> = 28,00% a 32,00%              Substâncias reativas ao HCl (CaCO<sub>3</sub> m/m) = 1,80 (máximo)              Teor de sílica (SiO<sub>2</sub>) + resíduos insolúveis = 0,50% (máximo)              Suspensão 24 h: 95,00% (mínimo)              Massa específica = 1,10 a 1,30 g/mL              Retido em peneira de 0,075 mm = 1,50% (máximo)              Viscosidade em copo Ford 04 mm = 17 segundos (máximo)              Dioxinas e Furanos = isento           </p>	<p>L</p>	<p>100.000</p>			



<p>Impurezas metálicas/metais pesados/fluoretos/ radionuclídeos: em conformidade com a ABNT NBR 15784/2014 e Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 MS de 28/09/2017.</p> <p>Entrega em cargas de aproximadamente 12.000 litros em caminhão tanque certificado.</p> <p>Deverão ser fornecidas duas motobombas (01 helicoidal e 01 de recirculação) em comodato para dosagem e recirculação do produto no tanque.</p> <p>Poderá, ainda, o DMAES Ponte Nova, utilizar da prerrogativa de aplicação de testes em planta junto a ETA, verificando suas condições de fornecimento, bem como a qualidade do produto. O quantitativo do produto para teste deverá ser de até 12.000L. A carga teste deverá ser transportada em caminhão tanque devidamente lacrado, onde o lacre só poderá ser rompido na presença do técnico competente do DMAES, cujos resultados apurados ficarão assim distribuídos em relação ao ônus de aquisição: CONFORMIDADE do produto em relação à composição, utilização e manutenção dos resultados de tratamento – custo do DMAES, onde o pagamento ser dará na primeira solicitação de fornecimento dentro do respectivo. NÃO CONFORMIDADE do produto em relação à utilização e manutenção dos resultados de tratamento – custo do fornecimento do material para o teste em planta ficará às expensas do licitante.</p> <p>O DMAES irá promover coleta da amostra do produto para a verificação da CONFORMIDADE da carga de teste, devendo</p>				
---	--	--	--	--



o funcionário do DMAES e o motorista do transporte seguir, obrigatoriamente, os seguintes procedimentos:

O servidor do laboratório da ETA coletará, na presença do motorista do transporte, amostra do produto para as verificações da CONFORMIDADE quanto à especificidade e teores mínimos e ou máximos descritos nos objetos de pacto; deverá o referido funcionário e/ou motorista, registrar através de chancela (assinatura) no verso da respectiva Nota Fiscal e entrega amostral, destacando a data e hora da coleta; Ocorrerá, também, a identificação da mesma forma pelo servidor do laboratório que acompanhará a descarga. Se o produto for aprovado na amostra coletada, será descarregado e iniciadas verificações de sua performance na planta e serão avaliados e monitorados os seguintes pontos: Estabilidade e manutenção do pH na faixa desejada, consumo/rendimento do produto, turbidez (em caso de aplicação na saída), intervalo de carreira de filtração, aplicabilidade de dosagem do produto, solubilização. Se os resultados forem diferentes desta descrição, o produto poderá ser recusado e, conseqüentemente, a empresa desclassificada.

Prestação de Serviços de Assistência Técnica, Consultoria e Manutenção nos equipamentos do Sistema de Dosagem do produto, se necessário. A empresa deverá apresentar, no momento do fornecimento, Atestado de Capacidade de Prestação de Serviços de Manutenção e de Consultoria da equipe de Assistência Técnica, comprovando a realização de manutenção e consultoria no sistema de armazenamento e dosagem do produto.

Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no



	<p>momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>					
<p>14</p>	<p><i>POLICLORETO DE ALUMINIO (PAC) A GRANEL destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Deve ser uma solução clara a ligeiramente brumosa. Deve ser isento de materiais estranhos visíveis ou sedimentos.</p> <p>Densidade: entre 1,23 e 1,27 g/cm<sup>3</sup>          Teor de trióxido de alumínio: 9,0% ≤ Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub> ≤ 11,0%          Basicidade química: 7,0% ≤ BAS ≤ 67,0%          Turbidez ≤ 50 NTU          Limite máximo de impurezas (conforme dosagem máxima do material de 225,0 mg/L a ser utilizada no tratamento):          Arsênio ≤ 4,4 mg/kg</p>	<p>L</p>	<p>254.000</p>			



<p>Bário ≤ 311,1 mg/kg Cádmio ≤ 2,2 mg/kg Cromo ≤ 22,2 mg/kg Chumbo ≤ 4,4 mg/kg Mercúrio ≤ 0,4 mg/kg Selênio ≤ 4,4 mg/kg Prata ≤ 22,2 mg/kg</p> <p>Parâmetros de recebimento: Impurezas: não deve conter substâncias em quantidade capaz de produzir efeitos danosos ou prejudiciais à saúde dos consumidores da água adequadamente tratada com o material policloreto de alumínio líquido. Entregue em temperatura ambiente, máximo de 40 °C Apresentação: forma aquosa (líquida) Embalagem: líquido a granel.</p> <p>A entrega deverá ser realizada em no máximo 5 dias após o recebimento da ordem de fornecimento.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS</p>				
---	--	--	--	--



	<p>pele uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>					
15	<p><i>PRODUTO QUÍMICO LIQUÍDO A BASE DE POLIFOSFATO DE SÓDIO destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Teor de óxido de fósforo (BS) = 61,8% Densidade mínima = 1,55 g/cm<sup>3</sup> Concentração (BS) = 54% Teor de fosfatos reativos = 21,6%. O preço da embalagem (acondicionamento) deverá estar incluído no preço total do produto.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água</p>	kg	55.000			

	para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.				
16	<p><i>SODA CÁUSTICA LÍQUIDA (hidróxido de sódio solução a 50%) destinada ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Alcalinidade = 49% m/m de NaOH (mínimo) Carbonatos = 0,2% m/m de Na<sub>2</sub>CO<sub>3</sub> (máximo) Cloretos = 1,1% m/m de NaCl (máximo) Ferro = 5,0 ppm (máximo) Cloratos: 0,200% m/m de NaClO<sub>3</sub> (máximo). Embalagem: bombonas de até 50 kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado</p>	L	17.600		

	<p>pele fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.</p>				
17	<p><i>SAL GROSSO, não iodado destinado ao tratamento de água com as seguintes características:</i></p> <p>Para produção de hipoclorito de sódio para o tratamento de água, com padrão químico para consumo humano.</p> <p>Teor de cloreto de sódio: Mínimo = 99,8%, Típico = 99,86%, Máximo = 99,91%</p> <p>Teor de umidade (120 °C/2h): Mínimo = 0,1%, Típico = 1,0%, Máximo = 2,0%</p> <p>Teor de cálcio (Ca<sup>2+</sup>): Mínimo = 0,020%, Típico = 0,040%, Máximo = 0,075%</p> <p>Teor de magnésio (Mg<sup>2+</sup>): Mínimo = 0,004%, Típico = 0,010%, Máximo = 0,045%</p> <p>Teor de sulfato (SO<sub>4</sub><sup>2-</sup>): Mínimo = 0,030%, Típico = 0,100%, Máximo = 0,200%</p> <p>Teor de insolúveis em água: Mínimo = 0,006%, Típico = 0,035%, Máximo = 0,050%</p> <p>pH (solução 10% p/v): Mínimo = 6,5, Típico = 8,0, Máximo = 9,5</p> <p>Teor de iodo (metaloide) = isento</p> <p>Teor de ferrocianeto de sódio = isento</p>	kg	250.000		





<p>Teor de nitrito = isento Teor de sílico aluminato de sódio = isento Turbidez visual = claro límpido Granulometria = poderá ser fornecido sal grosso padrão churrasco, desde que a composição química atenda a especificação acima. Forma = cristais brancos (Decreto nº 75697 de 06/05/1975) Granulação = uniforme (Decreto nº 75697 de 06/05/1975) Odor = inodoro (Decreto nº 75697 de 06/05/1975) Sabor = salino, salgado próprio (Decreto nº 75697 de 06/05/1975)</p> <p>Embalagem: sacos plásticos contendo 25 Kg.</p> <p>Deverão ser apresentados juntamente com a proposta e no momento do fornecimento: Laudo de atendimento aos requisitos de saúde – LARS e relatório de estudos emitido pelo laboratório comprovadamente monitorado pelo INMETRO em BPL, conforme atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º d art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde. Comprovante de baixo risco a saúde – CBRS pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, na DMU especificada, assinado pelo fornecedor, conforme modelo de documento aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para</p>				
--	--	--	--	--



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA  
MATA DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 10.331.797/0001-63  
[www.cisab.com.br](http://www.cisab.com.br)

atendimento a alínea b, do inciso III do art. 13 e ao §5º do art. 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde e Ficha de informações de segurança do produto químico - FISPQ.				
---	--	--	--	--



## ANEXO IX

### MODELO DE DOCUMENTO EXIGIDO PARA TODOS OS ITENS

\*ESTE DOCUMENTO PRECISA SER APRESENTADO TANTO NO ATO DO PREGÃO, QUANTO NO MOMENTO DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS.

#### Comprovação de Baixo Risco a Saúde pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano

CBRS nº \_\_\_\_\_

Em atendimento aos critérios nacionalmente estabelecidos para atendimento da alínea b, do inciso III, do artigo 13 e ao § 5º, do artigo 39 do ANEXO XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde, comprovamos para os devidos fins que o produto químico abaixo relacionado fornecido pela Empresa denominada \_\_\_\_\_, sediada à \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual: \_\_\_\_\_, atende os requisitos da Norma Técnica ABNT NBR 15784 e não oferece riscos à saúde humana, quando utilizado no tratamento de água para consumo humano, respeitando-se a Dosagem Máxima de Uso – DMU, conforme discriminado:

Produto	Nome usual	Descrição / uso principal	Massa molecular aproximada	DMU

Esta comprovação como Produto de Baixo Risco a Saúde está fundamentada nos resultados das análises especificadas e nos critérios estabelecidos pela Norma Técnica ABNT NBR 15784, conforme seguintes documentos anexos:

- 1) Conclusão do Relatório de Estudo de nº \_\_\_\_\_, emitido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, com data de vencimento em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_;
- 2) Laudo de Atendimento aos Requisitos de Saúde - LARS de nº \_\_\_\_\_, do Laboratório \_\_\_\_\_s, que possui Certificado de Reconhecimento da Conformidade aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório emitido pelo INMETRO em \_\_\_\_\_, com validade até \_\_\_\_\_.

Local e data.

Responsável Técnico
Nome:
Registro no Conselho de Classe:



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2019**

**CONTRATO Nº** : ...../2019

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**OBJETO:** Aquisição de .....

**VALOR:** R\$ .....

**VIGÊNCIA:** Até ..../....2020

**LICITAÇÃO:** PREGÃO PRESENCIAL CISAB Nº 01/2019

**SETOR RESPONSÁVEL:** .....

Pelo presente, de um lado o ....., Autarquia Municipal criada pela Lei nº ....., com sede na Rua ..... CNPJ Nº ..... adiante designada **CONTRATANTE**, representada neste ato pela seu(ua) Diretor(a), o (a) Senhor(a) ..... - doravante denominado **contratante**, de outro, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ do MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., no Município de ....., Estado de ....., neste ato representada pelo sócio(a) .....CPF: ....., doravante denominada **contratada**, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da licitação pela modalidade de pregão e, conforma ata Registro de Preços ..../2019 de ..../...../2020, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Aquisição de produtos químicos para tratamento de água, conforme Anexo Descritivo do procedimento licitatório em questão e proposta de preços da contratada.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES:** Pelo objeto referido na cláusula primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ ..... (.....), conforme entrega dos produtos e conforme edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VERIFICAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO:** A verificação da entrega do objeto desta licitação ficará a cargo do .....

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO:** O pagamento será realizado, pelo ..... -MG, em até 15 dias após o fornecimento do objeto, contados da apresentação da documentação fiscal, devidamente atestada por eles.

**§1º** - Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento será de 5 dias a partir da sua reapresentação.

**§2º** - O pagamento onerará a seguinte dotação orçamentária: ....., ....., exercício de 2019

**CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES:** Os valores estabelecidos neste contrato são fixos e irajustáveis, com exceção de superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculadas – capazes de retardar ou impedir a execução do ajuste – ou ainda de casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual, hipóteses nas quais será mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial contratado.



## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:**

§1º - É obrigação da contratada o fornecimento dos materiais de acordo com as cláusulas do edital de pregão CISAB Zona da Mata nº 001/2019.

§2º - Constitui-se em obrigação do contratante o pagamento estabelecido neste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:** A fiscalização é de competência de cada autarquia e será exercida pelo contratante, através de seus setor(es) competente(s) – Diretoria Executiva – o(s) qual(is) poderá(ão), junto ao representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

**Parágrafo único.** As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pelo contratante.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:** A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) subcontratação total do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- d) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- e) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) dissolução da sociedade da contratada;
- g) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudiquem a execução do contrato;
- h) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência do contratante.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:** Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

**Parágrafo único.** As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:** Fica eleito o foro da comarca de .....-MG, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA  
MATA DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 10.331.797/0001-63  
[www.cisab.com.br](http://www.cisab.com.br)

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

....., ..... de ..... de 2018.

\_\_\_\_\_  
PELA CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
PELA CONTRATADA

Diretor (a) Sócio

**TESTEMUNHAS:**

1).....

2).....